



PORTARIA Nº 2063, DE 31 DE OUTUBRO DE 2024.

Dispõe sobre os critérios para a organização do Quadro de Professores Efetivos e/ou Removidos, atribuição de turmas e/ou aulas e a jornada de trabalho das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde-MT.

ALAN TOGNI, Secretário de Governo e Administração do Município de Lucas do Rio Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no Decreto Municipal nº 5.561, de 08 de setembro de 2021, e

CONSIDERANDO a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008 que: Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.514, de 17 de janeiro de 2008, que: Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto e o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Sistema Público do Município de Lucas do Rio Verde-MT;

CONSIDERANDO a Lei nº 2.497, de 10 de dezembro de 2015, que: Dispõe sobre a Extensão da Carga Horária dos Professores de Educação Básica da Rede Pública de Ensino do Município de Lucas do Rio Verde, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.615, de 23 de março de 2007, que: Regulamenta o Sistema de Avaliação Especial de Desempenho de Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais de Lucas do Rio Verde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.618, de 02 de abril de 2007, que: Regulamenta o sistema de Avaliação Periódica de Desempenho para Progressão na Carreira por Merecimento dos Servidores Públicos do Município de Lucas do Rio Verde;



CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº 01, de 02 de maio de 2023/CME/LRV, que: Dispõe sobre a regulamentação da oferta da Educação Infantil no Sistema Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº 02, de 17 de outubro 2019/CME/LRV, que: Dispõe sobre a regulamentação da oferta do Ensino Fundamental no Sistema Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Resolução Normativa nº 02, de 10 de dezembro de 2021/CME/LRV, que: Fixa as normas para oferta da Educação Especial na Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde, Mato Grosso;

CONSIDERANDO a necessidade de fixar critérios para atribuição de turmas e/ou aulas e a jornada de trabalho das Instituições Educacionais da rede pública municipal de ensino.

RESOLVE:

Art. 1º Dispõe sobre os critérios para a organização do Quadro de Professores Efetivos e/ou Removidos, a atribuição de turmas e/ou aulas e a jornada de trabalho das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde-MT.

Parágrafo único. Estabelece o quantitativo de professores efetivos para compor o quadro de pessoal de cada Instituição Educacional, calculado de acordo com o número de turmas e turnos de funcionamento.

Art. 2º O gestor da Instituição Educacional será responsável pela composição da Comissão Interna de Atribuição de Turmas e/ou Aulas, para contagem de pontos dos professores, a qual será composta de, no máximo, 03 (três) professores, 01 (um) representante do Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (segmento pais), 01 (um) coordenador



pedagógico e o gestor escolar, devendo ser instituída, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do período estipulado para a atribuição de turmas e/ou aulas.

§ 1º A Comissão acima constituída será responsável pela conferência e a validação da pontuação para atribuição das turmas e/ou aulas, bem como a distribuição das mesmas, que deverão ser lavradas em ata, e após, encaminhada cópia à Secretaria Municipal de Educação, no prazo máximo de 05 (cinco) dias da data de atribuição.

§ 2º A Comissão Interna de Atribuição de Turmas e/ou Aulas deverá comunicar o cronograma da atribuição, via ofício, a todos os professores constantes em seu Lotacionograma, exceto aos que estão em afastamento decorrente de licença para tratar de interesse particular.

§ 3º A Assessoria Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação acompanhará todo o processo de atribuição de turmas e/ou aulas das Instituições Educacionais.

§ 4º Fica livre a participação de um representante do SINTEP - Subsele de Lucas do Rio Verde e outro do Conselho Municipal de Educação, para acompanhar a atribuição de turmas e/ou aulas nas Instituições Educacionais.

Art. 3º Na composição da jornada de trabalho, observar-se-á o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos, conforme estabelece o § 4º, do artigo 2º da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008.

§ 1º A jornada/carga horária de trabalho semanal dos professores efetivos, referentes as atividades de sala e de hora atividade, será distribuída conforme os quadros do Anexo I desta Portaria.

§ 2º O cumprimento da jornada de trabalho dos profissionais da educação fica sob responsabilidade da equipe gestora da Instituição Educacional, com o acompanhamento da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º O professor com vínculo em outra rede de ensino (pública ou privada) deve



apresentar documento de sua carga horária, comprovando a compatibilidade de horário nas redes de ensino, assegurando o cumprimento do regime de trabalho (de sala de aula e de hora atividade), na Rede Pública Municipal de Ensino.

§ 1º É de responsabilidade da Comissão Interna de Atribuição de Turma e/ou Aulas a exigência do documento comprobatório de compatibilidade de horário.

§ 2º É de inteira responsabilidade do professor a adaptação de seu horário na outra rede durante o ano letivo, em relação ao horário organizado pela Instituição Educacional da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 5º Os professores efetivos que integram o quadro de pessoal da Rede Pública Municipal de Ensino participarão do processo de atribuição de turmas e/ou aulas e do regime/jornada de trabalho das Instituições Educacionais, conforme disciplinado nesta portaria, exceto os profissionais que estão em afastamento por licença para tratar de interesse particular.

§ 1º O professor que está retornando de Licença Interesse ou oriundo de Remoção, somente atribuirá aulas após todos os docentes em regular exercício na Instituição Educacional, durante o ano civil no qual ocorrer a atribuição.

§ 2º Ao professor efetivo, que integra o quadro de pessoal da Rede Pública Municipal de Ensino, desempenhando outra função, no âmbito da administração pública direta e indireta, mandato eletivo e/ou cedência, será facultado a atribuição de turmas e/ou aulas na ordem de sua pontuação, ou ao final da lista de classificação, porém, necessita manifestar sua intenção no momento da atribuição.

§ 3º Caso haja abertura de novas vagas de atribuição de turmas e/ou aulas nas Instituições Educacionais, após a data da atribuição, até o início do ano letivo seguinte, caberá à Secretaria Municipal de Educação, junto a Instituição Educacional, decidir sobre a redistribuição de turmas e/ou aulas entre os professores efetivos.

Art. 6º O professor pedagogo, com jornada de 40 horas semanais, que atua em Instituição



Educacional que dispõe de turmas de período integral, deverá, obrigatoriamente, atribuir aulas em turmas de período integral.

Art. 7º O professor efetivo com dois concursos de 20 horas deverá atribuir turmas e/ou aulas na mesma proporção que o professor concursado de 40 horas.

Art. 8º O professor pedagogo, com jornada de 40 horas semanais, que atua em Instituição Educacional de Ensino Fundamental que dispõe somente de turmas de período parcial, atribui uma turma de regência e, deverá obrigatoriamente, desenvolver apoio pedagógico como forma de completar sua carga horária de sala de aula.

Art. 9º O professor efetivo com apenas um concurso de 20 horas atribui uma turma de regência, tendo preferência para a suplementação de carga horária da turma atribuída.

Art. 10. O professor de informática, pertencente ao Lotacionograma da Instituição Educacional, ficará destinado ao acompanhamento das ações voltadas para a implementação do Programa de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional, sendo responsável pelo acompanhamento e suporte técnico-pedagógico aos demais profissionais docentes.

Art. 11. Serão atribuídas aulas específicas na Sala de Recursos Multifuncionais, com prioridade na atribuição aos professores que atuaram na referida sala, no ano civil no qual ocorrer a contagem de pontos.

§ 1º O professor que atua em sala de recursos multifuncionais terá seu trabalho avaliado, anualmente, pela Comissão Especial de Avaliação da Instituição Educacional, de acordo com o Decreto nº 1.615, de 23 de março de 2007, e o Decreto n. 1.618, de 02 de abril de 2007 e suas alterações.

§ 2º Para que o professor continue atuando na sala de Recursos Multifuncionais deverá obter pontuação mínima de 21 (vinte e um) pontos, conforme descrito na Ficha de Avaliação - Anexo III desta Portaria.



§ 3º Os professores que trabalharam nas Salas de Recursos Multifuncionais, mas não obtiveram a pontuação mínima na avaliação, ou, não havendo mais interesse, a atribuição deverá acontecer para o professor com maior pontuação na atribuição de turma e/ou aulas, na seguinte ordem de titulação: especialista em educação especial; especialista em psicopedagogia; graduação em pedagogia; ou ter cursos de formação em educação especial.

Art. 12. O professor pedagogo efetivo que, no ano escolar vigente, esteja no ciclo de alfabetização (1º e 2º ano), terá preferência na atribuição para permanecer na alfabetização, para isso, terá seu trabalho avaliado ao final do ciclo, pela Comissão Especial de Avaliação Instituição Educacional, de acordo com o Decreto n. 1.615, de 23 de março de 2007 e o Decreto n. 1.618 de 02 de abril de 2007 e alterações.

§ 1º O professor que atribuir turma do 1º ano do ciclo de alfabetização, seguirá preferencialmente, com a mesma turma até o final do ciclo (2º ano), de maneira automática.

§ 2º O professor que atribuiu no 1º ano e seguiu com a turma até o final do ciclo (2º ano) terá preferência para atribuir novamente uma turma de 1º ano.

§ 3º Para que o professor, no ciclo de alfabetização (1º e 2º ano), continue com a preferência na atribuição, deverá obter pontuação mínima de 21 (vinte e um) pontos, conforme Ficha de Avaliação - Anexo IV desta Portaria.

§ 4º Os professores que trabalharam até o final do ciclo de alfabetização, mas não obtiveram a pontuação mínima na avaliação, ou não havendo mais interesse, a atribuição para turmas do 1º ano seguirá a ordem de contagem de pontos da atribuição de turma e/ou aulas.

Art. 13. Os professores que ficarem remanescentes da primeira etapa, no processo de atribuição nas Instituições Educacionais, poderão atribuir turmas e/ou aulas na segunda etapa, ainda na Instituição Educacional, no início do próximo ano letivo e, caso haja vaga. Após essa etapa, os professores ainda remanescentes, participarão da terceira etapa, que acontecerá na Secretaria Municipal de Educação, após o encerramento das etapas anteriores.



§ 1º Em etapas seguintes será adotada a pontuação obtida pelo professor na Instituição Educacional de origem, havendo nova classificação entre os remanescentes.

§ 2º Os professores que ficaram remanescentes, no ano corrente, farão a contagem de pontos e a atribuição de turmas e/ou aulas na Instituição Educacional de atribuição.

Art. 14. O professor efetivo da Instituição Educacional em processo de redimensionamento de matrículas ou etapa de ensino, que vier a ser removido por iniciativa do poder público, terá sua pontuação preservada e poderá escolher a Instituição Educacional de sua preferência, desde que haja vaga disponível.

Art. 15. Nas Instituições Educacionais, nas quais houver a necessidade de fechamento de turmas, se esta estiver atribuída por professor efetivo, deverá ocorrer nova atribuição de turma e/ou aulas a todos os professores pertencentes ao segmento/etapa.

Art. 16. O professor efetivo fará sua inscrição em formulário específico, na Instituição Educacional na qual atribui turma e/ou aulas, e na habilitação específica do cargo para o qual foi nomeado, conforme Anexo II desta.

§ 1º O professor que estiver ausente no ato de atribuição de turma e/ou aulas poderá fazê-la por meio de procuração, conforme modelo do Anexo V.

§ 2º O professor ausente no ato de atribuição de turma e/ou aulas e não constituir procurador, atribuirá na Instituição Educacional que está lotado, em turma e/ou aulas livres, caso não haja turma e/ou aulas disponíveis, o professor ficará sujeito a segunda e terceira etapas previstas no art. 13 desta portaria.

Art. 17. Ao realizar sua inscrição, o professor fará opção pela etapa/fase pretendida.

Parágrafo único. Na Ficha de Pontuação, no item 5. (Manifestar Interesse de Atribuição), tem a finalidade exclusiva de prévia para a organização da Comissão Interna de Atribuição de



Turma e/ou Aulas, e não garante a escolha pretendida.

Art. 18. No item 6. (da Formação/Titulação), constante no Anexo II, será considerada a seguinte pontuação:

I - professor nível IV - Mestrado em área da educação; (10,0 pontos);

II - professor nível III - Curso de Especialização Lato Sensu em área da educação; (5,0 pontos);

III - professor nível II - Licenciatura Plena em Pedagogia ou outras áreas da educação; (3,0 pontos); ou

IV - professor nível I – Magistério; (1,0 ponto).

Parágrafo único. Para fins de contagem de pontos, que trata deste artigo, será considerado o Nível de Formação/Titulação, no qual o professor se encontra.

Art. 19. O tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde-MT, discriminado no item 7.1, será contabilizado 2,0 (dois) pontos por ano e 0,17 (zero dezessete décimos) para cada mês do ano incompleto.

Parágrafo único: Os professores efetivos da rede estadual em cooperação técnica com o município Lucas do Rio Verde, farão a contagem do tempo de serviço na mesma proporção que os professores efetivos da rede municipal, desde que o período referido seja de atuação neste município.

Art. 20. Os certificados de cursos de formação realizados nos últimos 05 (cinco) anos, a contar da data de sua emissão, deverão, obrigatoriamente, serem apresentados contendo o registro do evento e a carga horária, compatíveis com o período de sua realização.



§ 1º Os certificados de cursos, na área de educação, discriminado no item 8. do Anexo II desta Portaria, serão contabilizados no limite máximo de 100 (cem) pontos.

§ 2º Os Cursos de Especialização Latu Senso, na área de educação, serão contabilizados a partir da segunda especialização na área de educação, conforme discriminado no item 8.3 do Anexo II.

§ 3º Os certificados de cursos, na área de educação, discriminado no item 9. do Anexo II desta Portaria, serão contabilizados no limite máximo de 25 (vinte e cinco) pontos, limitado a 05 (cinco) pontos por ano.

Art. 21. Serão consideradas as declarações ou atestados de conclusão de cursos de formação continuada e pós-graduação na área de educação, emitidos no ano civil no qual ocorrer a contagem de pontos, caso o professor não esteja de posse do certificado.

Art. 22. Os certificados emitidos pela execução e orientação de projetos pedagógicos, voltados para a melhoria da aprendizagem do aluno, serão válidos somente os desenvolvidos no ano letivo no qual ocorrer a atribuição de turmas e/ou aulas.

§ 1º Os projetos pedagógicos, voltados para a melhoria da aprendizagem do aluno, são aqueles que representam um diferencial na Instituição Educacional, ou seja, se destaca pela sua particularidade em consonância com o projeto político pedagógico, devidamente protocolado na Instituição Educacional e acompanhado pela coordenação pedagógica.

§ 2º A declaração assinada pela coordenação pedagógica e o gestor escolar, que comprova a orientação e a execução de projetos pedagógicos voltados para a melhoria da aprendizagem do aluno, será válida somente a do ano letivo no qual ocorrer a atribuição de turmas e/ou aulas, conforme orientação constante no item 10. do Anexo II.

Art. 23. Serão consideradas as publicações, as apresentações e/ou coordenação de trabalhos em eventos científicos dos últimos 05 (cinco) anos, na área de educação, com limite



máximo de 50 (cinquenta) pontos, estando limitado a 10 (dez) pontos por ano conforme orientação constante no item 11. do Anexo II.

Art. 24. Quando, na apuração final dos pontos ocorrer empate entre professores, o critério de desempate será, respectivamente:

I - maior tempo de serviço na Instituição Educacional na qual está atribuindo;

II - maior tempo de serviço como professor efetivo na rede pública de ensino do Município de Lucas do Rio Verde; e

III - maior idade.

Art. 25. O resultado da contagem de pontos deve ser publicado em edital preliminar, no mural da Instituição Educacional, com antecedência de, no mínimo, 03 (três) dias úteis da data da atribuição de turmas e/ou aulas.

§ 1º Para o professor que constar, em seu termo de posse, o concurso para lecionar em mais de uma disciplina, a contagem de pontos deve ser a mesma para ambas, possibilitando ao professor atribuir aulas nas referidas disciplinas.

§ 2º Após a publicação do edital, no mural da Instituição Educacional, o professor terá 02 (dois) dias úteis para solicitar a revisão da contagem de pontos, através de requerimento encaminhado à Comissão Interna, que até o dia anterior a data de atribuição de turmas e/ou aulas publicará o edital oficial de contagem de pontos.

Art. 26. A data de atribuição de turmas e/ou aulas de professores efetivos será marcada, previamente, pela Comissão Interna de Atribuição de Turmas e/ou Aulas da Instituição Educacional, conforme cronograma estipulado pela Secretaria Municipal de Educação.



Art. 27. O professor que se sentir prejudicado, quanto ao processo de atribuição de turmas e/ou aulas, pode apresentar recurso, por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, devendo ser protocolado junto a Comissão Interna de Atribuição de Turmas e/ou Aulas, que terá até 02 (dois) dias úteis para responder ao professor sobre o recurso apresentado.

Art. 28. Sendo o recurso indeferido pela Comissão Interna de Atribuição de Turmas e/ou Aulas, o professor poderá interpor novo recurso, por escrito, no prazo de até 02 (dois) dias úteis, junto a Secretaria Municipal de Educação, que terá até 02 (dois) dias úteis para responder ao professor sobre o recurso apresentado.

Art. 29. Compete à Secretaria Municipal de Educação orientar e acompanhar o processo de execução de atribuição de turmas e/ou aulas, e o regime/jornada de trabalho das Instituições Educacionais da Rede Pública Municipal de Ensino.

Art. 30. A constatação, a qualquer tempo, do uso de meios fraudulentos, ou, quaisquer irregularidades na documentação apresentada para obtenção de benefícios concedidos nesta Portaria, os atos praticados pelo favorecido, ou por quem deu causa a ele, serão nulos para qualquer direito, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, devendo, necessariamente, a Comissão de Atribuição de Turmas e/ou Aulas da Instituição Educacional comunicar, via escrito, o fato, à autoridade competente, para instauração de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar, a fim de tomar-se as providências cabíveis.

Art. 31. São partes integrantes desta Portaria, os seguintes anexos:

I - Anexo I - Distribuição de Jornada de Trabalho conforme concurso;

II - Anexo II - Ficha de Pontuação para Atribuição da Jornada de Trabalho de Professor Efetivo (Creche, Pré-Escola e Ensino Fundamental);

III - Anexo III - Ficha de Avaliação e Pontuação para Atribuição de Professor - Sala de Recursos Multifuncionais;

IV - Anexo IV - Ficha de Avaliação e Pontuação para Atribuição de Professor do Final do Ciclo de Alfabetização; e

V - Anexo V - Modelo de Procuração Específica para Atribuição de Turmas e/ou Aulas.



Art. 31. Os casos omissos, serão solucionados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 32. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 31 de outubro de 2024.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria n. 1385, de 01 de agosto de 2023.

Lucas do Rio Verde - MT, 31 de outubro de 2024.

ALAN TOGNI

Secretário Municipal de Governo e Administração

ELAINE BENETTI LOVATEL
Secretária Municipal de Educação

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Assinantes

✓ **Elaine Benetti Lovatel**

Assinou em 04/11/2024 às 09:19:57 com o certificado avançado da Betha Sistemas

Eu, Elaine Benetti Lovatel, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ **ALAN TOGNI**

Assinou em 04/11/2024 às 09:55:08 com o certificado avançado da Betha Sistemas e possui a identidade verificada com o CPF ***.538.401-**

Eu, ALAN TOGNI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site verificador-assinaturas.plataforma.betha.cloud e insira o código abaixo:

X3L

R0D

NM8

9OD

ANEXOS

ANEXO I

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**DISTRIBUIÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO CONFORME CONCURSO
EDUCAÇÃO INFANTIL:**

ATENDIMENTO PARCIAL E INTEGRAL

Etapa	Carga Horária de Concurso Hora Relógio (60min.)	Atribuição de Carga Horária (Turma) (Hora/Aula de 60min.)	Total de Hora Atividade de acordo com as aulas
Educação Infantil (Creche e Pré-Escola)	40 horas	27	13
	30 horas	20	10

ENSINO FUNDAMENTAL: ATENDIMENTO PARCIAL

Etapa	Carga Horária de Concurso Hora Relógio (60min.)		Atribuição de Carga Horária (Turma) (Hora/Aula de 55 min.)	Total de Aulas atribuídas	Total de Hora Atividade de acordo com as aulas
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	20 horas	22 aulas	15	07
		30 horas	33 aulas	22	11
		40 horas	44 aulas	29	15
	Anos Finais	20 horas	22 aulas	15	07
		30 horas	33 aulas	22	11
		40 horas	44 aulas	29	15

ENSINO FUNDAMENTAL: ATENDIMENTO INTEGRAL

Etapa		Carga Horária de Concurso Hora Relógio (60min.)	Atribuição de Carga Horária (Turma) - (hora/aula de 60min.)	Total de Hora Atividade de Acordo com as Aulas
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	40 horas	27	13
	Anos Iniciais	30 horas	20	10
	Anos Iniciais	20 horas	13	07

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**FICHA DE PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DE
PROFESSOR EFETIVO**

(CRECHE, PRÉ-ESCOLA E ENSINO FUNDAMENTAL)

1. Dados do Professor:		
Nome do Professor: _____		
Matrícula: _____ RG _____ CPF: _____		
Instituição Educacional: _____		
2.Situação Funcional:		3. Jornada Semanal de Trabalho:
2.1 Habilitação _____		() 20 horas () 30 horas () 40horas
4.Possui outro vínculo empregatício:		
() Sim () Não	Tipo: () Público () Privado	Jornada de trabalho no outro cargo: _____
5. Manifestar interesse de Atribuição:		
() Educação infantil – Creche () Educação Infantil – Pré-Escola () 1º ano (Ciclo de Alfabetização) () 2º ano (Ciclo de Alfabetização) () 3º ano – Professor Regente () 4º ano – Professor Regente () 5º ano – Professor Regente () Anos Iniciais do Ensino Fundamental - () Ed. Física () Língua Inglesa () Anos Finais do Ensino Fundamental – Por Área de Concurso () Sala de Recursos Multifuncionais		

6. Da Formação/Titulação:		
6.1 Nível IV – Mestrado	10,0 (dez) pontos	
6.2 Nível III - Especialização Lato Senso	5,0 (cinco) pontos	
6.3 Nível II – Graduação	3,0 (três) pontos	
6.4 Nível I - Magistério	1,0 (um) pontos	
7. Tempo de Serviço (computar anos e meses):		
7.1 Tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde-MT	2,0 (dois) pontos por ano e 0,17 (dezesete décimos) para cada mês do ano incompleto. Ex.: 1 ano e 4 meses: 2 (dois) pontos +0,68 = 2,68	
8. Qualificação profissional Complementar – dos últimos 05 (cinco) anos. Inserir a pontuação no sistema digital por ano. <u>Com no máximo 100 (cem) pontos no total.</u>		
8.1 Participação em cursos de formação continuada presenciais, semipresenciais e a distância, oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde e por outros órgãos Governamentais, ou de outras Instituições em Parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde-MT, realizados na área de educação, que contemplem conhecimentos didático-curriculares, políticas educacionais, gestão educacional, liderança, gestão de pessoas, legislação e administração pública, nos últimos 05 (cinco) anos.	2,5 (dois vírgula cinco) pontos para 40h	
8.2. Ministrando cursos, oficinas ou palestras para profissionais da educação básica nas instituições da Rede Pública Municipal de Ensino, cancelados pela Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde-MT.	2,0 (dois) pontos para cada 10h Ex.: 0,2 pontos para cada 01 hora	
8.3 Cursos de Especialização Lato Senso na área de educação, a partir da segunda especialização.	1,0 (um) ponto para cada especialização	
9. Qualificação Profissional Complementar – dos últimos 05 (cinco) anos. Inserir a pontuação no sistema digital por ano. <u>Limitando a 05 (cinco) pontos Anual.</u>		
9.1 Participação em cursos de formação continuada presenciais, semipresenciais e a distância,	1,0 (um) ponto para 40h	

<p>oferecidos por órgãos não governamentais e ou instituições privadas, sem parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde-MT, realizados na área de educação, que contemplem conhecimentos didáticos –curriculares e de políticas educacionais, gestão educacional, liderança, gestão de pessoas, legislação e administração pública, nos últimos 05 (cinco) anos.</p>		
<p>10. Execução e Orientação de Projetos Pedagógicos, voltados para melhoria da aprendizagem do aluno, no ano letivo no qual ocorrer a atribuição. No máximo 02 (dois) projetos.</p>		
<p>10.1. Pela Execução e Orientação de Projetos Pedagógicos, voltados para a melhoria da aprendizagem do aluno, aprovado pelo coletivo de professores das áreas de conhecimento, em consonância com a matriz curricular, e ou constante do PPP, referendado pela Equipe Gestora, no ano letivo no qual ocorrer a atribuição, comprovado com declaração assinada pela coordenação pedagógica.</p>	<p>2,0 (dois) pontos para cada projeto</p>	
<p>11. Publicações e/ou Apresentação de Trabalhos em Eventos Científico, na área da Educação – nos últimos 05 (cinco) anos. Limitando a 10 (dez) pontos Anual.</p>		
<p>11.1 Publicação de resultados de pesquisas acadêmicas ou técnicas em periódicos científicos, no formato impresso e ou em meios eletrônicos: Artigo; Estudo de Caso; Nota Técnica; Resumo; Fichamento; ou Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia, Dissertação ou Tese); Entre outros materiais e comitês científicos.</p>	<p>2,0 (dois) pontos para publicação</p>	
<p>11.2 Apresentação e/ou Coordenação de Trabalhos: Comunicação Oral; Palestra; Coordenador/Mediador de Mesa; Minicurso; Banner/Pôster; ou Oficina.</p>	<p>1,0 (um) ponto para cada trabalho</p>	

12. Total Geral de Pontos Obtidos:		
13. Em caso de Empate:	Maior tempo de serviço na Instituição Educacional na qual está atribuindo Turma e/ou Aulas.	
	Maior tempo de serviço na Rede Pública Municipal de Ensino de Lucas do Rio Verde;	
	Maior Idade	
_____ Assinatura do Professor	Assinatura dos Responsáveis pelas atribuições:	Data: __/__/__

ANEXO III

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE PROFESSOR –
SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

FATORES	PONTOS A SEREM ATRIBUIDOS			
	I	R	B	O
1. Articulou, junto ao coordenador pedagógico e com o professor regente da turma, ações de acompanhamento do educando, devidamente registrado em sua turma de origem, com feedbacks permanentes desses registros, visando a melhoria do aluno.				
2. Realizou orientação periódica com professor de sala regular, para discutir o planejamento e estratégias flexíveis às especificidades do aluno.				
3. Apresentou Relatórios R.N.U. (Relação Nominal Unificada) dos alunos, preenchidos adequadamente, comprovando o acompanhamento efetivo da assiduidade do educando em 75% das aulas.				
4. Manteve organizadas e atualizadas as pastas dos alunos, zelando pelos materiais sob sua responsabilidade.				
5. Realizou, em tempo hábil, estudo de Caso e Plano de AEE (Atendimento Educacional Especializado), aos alunos a serem atendidos.				
6. Prestou atendimento regular ao aluno durante todo o ano letivo, com empenho e foco na qualidade do ensino-aprendizagem.				
7. Participou em reuniões de pais, reuniões avaliativas e ou conselhos de classe, durante o ano letivo.				
TOTAL:				
Insuficiente (I) 1 ponto; Regular (R) 2 pontos; Bom (B) 3 pontos; ótimo (O) 4 pontos				

Considerações:

Considerações do professor:

Assinatura Comissão:

Assinatura do Professor

ANEXO IV

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

FICHA DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE PROFESSOR DO FINAL DO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO

FATORES	PONTOS A SEREM ATRIBUIDOS			
	I	R	B	O
1. O Professor articulou, junto a equipe gestora, as ações pedagógicas e os registros de avaliações, visando a melhoria da aprendizagem dos alunos. Com base nos resultados de desempenho da aprendizagem dos alunos.				
2. Planejou, usando o documento de referência Curricular (DRC/LRV), estratégias eficazes, recurso e informações, a atingir os resultados propostos nesta fase da alfabetização.				
3. Envolveu os alunos nas atividades, utilizando uma variedade de estratégias educacionais, para alcançar a aprendizagem individual de cada aluno.				
4. O professor, sistematicamente, elabora e utiliza mecanismos de avaliações, recolhe e faz correções, e usa as informações para monitorar o progresso dos alunos, e reorientar o processo de ensino e aprendizagem.				
5. Utiliza recursos, rotinas e procedimentos para proporcionar um ambiente respeitoso, positivo, seguro, centralizado nos alunos que leva à aprendizagem significativa.				
6. Mantém o compromisso com a ética profissional, com a missão da escola e assume responsabilidade por seu crescimento profissional, por meio da formação continuada, com visão na melhoria da aprendizagem significativa do aluno.				
7. O trabalho do professor, resulta no progresso satisfatório e mensurável dos alunos. (Anexar o Resultado Final Obtidos na Instituição Educacional sobre a aprendizagem significativa dos alunos da turma)				
TOTAL:				
Insuficiente (I) 1 ponto; Regular (R) 2 pontos; Bom (B) 3 pontos; ótimo (O) 4 pontos				

Considerações:

Considerações do Professor:

Assinatura Comissão:

Assinatura do Professor:

ANEXO V

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE-MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PROCURAÇÃO ESPECÍFICA PARA ATRIBUIÇÃO DE TURMAS E/OU AULAS

Pelo presente instrumento particular de procuração, eu, _____, Professor, portador do RG _____ e do CPF _____ residente e domiciliado à Rua _____, N. _____-__, Bairro _____, na cidade de Lucas do Rio Verde-MT, nomeio meu Procurador o(a) Sr(a). _____, portador do RG _____ e do CPF _____, a quem confio amplos poderes para, exclusivamente, participar do processo de atribuição de turmas e/ou aulas, que ocorrerá no dia ____/____/____, na Escola Municipal _____, podendo, para este fim, assinar documentos e praticar, em meu nome, todos os atos necessários para o fim a que se destina esta procuração.

Lucas do Rio Verde-MT, ____ de _____ de 2024.

ASSINATURA DO PROFESSOR